

REPRESENTAÇÕES SOBRE ARRANJOS FAMILIARES EM LIVROS DE SOCIOLOGIA DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DE 2015¹

REPRESENTATIONS ON FAMILY ARRANGEMENTS IN BOOKS OF SOCIOLOGY OF THE NATIONAL PROGRAM OF THE TEACHING BOOK OF 2015

Angélica Gomes da Silva Gouvêa²
José Jairo Vieira³

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender as representações sobre os arranjos familiares presentes nos seis livros didáticos de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático, para o ano de 2015. Para tanto, foi realizada análise acerca da apresentação das categorias família, gênero e sexualidade nos livros e, sobretudo, de suas representações. As principais referências utilizadas foram Apple e Bourdieu. As análises evidenciaram que os livros, de uma forma geral, se aproximam ao apresentarem conceitos e categorias em consonância com os recentes debates sobre diversidade, tal como relações homoafetivas e homossexualidade. Do mesmo modo, os livros excedem as menções de famílias tradicionais baseadas na padronização heteronormativa, consideradas unicamente as presenças da mãe e do pai.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Arranjos Familiares, PNLD

Summary: This article aims to understand the representations about the family arrangements present in the six textbooks of Sociology of the National Program of Didactic Book, for the year 2015. For this, an analysis was made about the presentation of the categories family, gender and sexuality in books and, above all, their representations. The main references used were Apple and Bourdieu. Analyzes have shown that books generally approach concepts and categories in line with recent debates about diversity, such as homosexual relationships and homosexuality. Likewise, the books exceed the mentions of traditional families based on heteronormative standardization, considered only the presence of the mother and the father.

Keywords: Public Policies, Family Arrangements, PNLD

¹ Este artigo foi elaborado a partir da dissertação de mestrado Arranjos Familiares e Educação: Uma análise das representações dos livros didáticos de Sociologia do Programa Nacional do Livro didático de 2015, defendida no ano de 2016 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUPES-UFRJ). diversidade.desigualdade.educa@gmail.com

³ Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFRJ. diversidade.desigualdade.educa@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal analisar as representações sobre os arranjos familiares existentes nos livros didáticos de *Sociologia do Ensino Médio do PNLD 2015 amplamente adotados no Brasil: Sociologia Hoje; Sociologia ; Sociologia em Movimento; Sociologia para o Ensino Médio; Sociologia para Jovens do Século XXI; e, Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*,

Para o trabalho, foram aplicados os princípios da análise de conteúdo (Gil, 2008), e, com suporte em Bardin (2009), realizadas três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e o tratamento dos dados; 3) a inferência e a interpretação.

O ponto de partida é a centralidade no conceito de família, tal como apresentado nos recentes debates produzidos pela sociedade civil, desta forma, ao trazer o livro didático como fonte de pesquisa, torna-se necessário tomá-lo observando as interveniências políticas, culturais e econômicas existentes na sociedade brasileira, a fim de se entender os mecanismos de exclusão e inclusão de determinados conteúdos programáticos.

O artigo está, desta forma, estruturado da seguinte maneira: primeiro, aborda-se a construção da política e seu papel para a institucionalização do material a ser utilizado em sala de aula; a seguir, demonstra-se o impacto da política a representação de novas identidades e disseminação de informações e definições sobre a realidade nos livros didáticos de Sociologia. Finalmente, o artigo expõe a forma os livros didáticos de Sociologia conceituam os arranjos familiares.

Os principais resultados do artigo evidenciam que os livros de uma forma geral se aproximam ao utilizarem conceitos para as categorias que atendam ao debate existente à diversidade, como a homossexualidade e vão além das menções de famílias tradicionais baseadas na presença de pai e mãe, ou seja, uma padronização heteronormativa.

A POLÍTICA DO LIVRO DIDÁTICO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO EM SALA DE AULA

Uma investigação no *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(FNDE) permite uma primeira observação sob a constituição histórica do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): sua criação, ainda em 1985 reflete o novo posicionamento do Estado brasileiro no processo educacional, adotado a partir do período de redemocratização. Sob este novo papel, foi assumido como parte das ações governamentais o planejamento, a compra e a distribuição gratuita do material para a maioria dos alunos da educação básica.

A natureza centralizada e a utilização exclusiva de recursos federais tornam-se, neste sentido, pontos cruciais no desenvolvimento do programa. Um segundo ponto a se considerar, para qualquer análise que se produza sobre este programa diz respeito à subsequente inter-relação com as questões sociais, instituindo proximidade entre o material didático e os debates político-ideológicos desenvolvidos nos campos acadêmico e da sociedade civil.

Em termos gerais, entendemos o PNLD como uma estratégia de apoio à política educacional, implantada pelo Estado brasileiro, em grande medida, para atender às demandas advindas com a vinculação entre educação e direitos social, a partir da Constituição de 1988 (HÖFLING, 1998). Esse caráter obrigatório e normativo levou o Estado brasileiro a adoção de programas que garantissem o atendimento ao educando no Ensino Fundamental por meio de programas suplementares tais como: transporte, alimentação e assistência à saúde (art. 208); e, neste processo, fornecer material didático também tornou-se atividade obrigatória do Estado para a confirmação do princípio da Educação como um direito assegurado constitucionalmente.

Inicialmente, o PNLD destinava-se somente às séries iniciais, mas gradativamente, a partir de 2005, passou Ensino Médio, com a distribuição parcial nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática na primeira série das regiões Norte e Nordeste. Em 2009, a Regulamentação do PNLD para EJA (Educação de Jovens e Adultos) — Resolução CD FNDE nº 51 de 16/09/2009 — e a Resolução 60, que adiciona a língua moderna ao componente curricular, levou à outra atualização do programa: neste momento, o Programa passa a fazer a distribuição de livros de inglês ou espanhol para alunos de sextos e nonos anos; e, do mesmo modo, permitiu a inclusão das escolas de Ensino Médio no atendimento do PNLD, acrescentando, para este segmento, o componente curricular Língua Estrangeira, além de livros de Sociologia e

Filosofia em volumes únicos abrangendo as três séries (Resolução CD FNDE nº 60 de 20/110 2009). Finalmente, com esta resolução, a partir de 2010, as redes públicas de ensino e escolas federais aderiram ao PNLD para os livros didáticos.

No que se refere exclusivamente à inserção do conteúdo de Sociologia, no Programa Nacional do Livro Didático, toma-se como marco o ano de 2009, no qual, simultaneamente, abre-se um edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o PNLD 2012 – Ensino Médio, com os prazos, normas, procedimentos, condições para participação, bem como os processos de avaliação e seleção de obras. Neste sentido, em 2012, pela primeira vez, foram avaliados e distribuídos livros da disciplina desde seu ingresso curricular como obrigatório no Ensino Médio em 2009. Contudo, o ano de 2015 é especialmente relevante, foram seis os livros aprovados, em comparação à edição de 2012, na qual somente dois livros foram adotados.

A importância do PNLD e seu caráter inédito no campo da Sociologia nos fazem supor que os livros inscritos nesse processo são amostra significativa da produção de didáticos da disciplina em todo o Brasil no período de 2009 e 2010, imediatamente após a reintrodução da Sociologia no sistema escolar brasileiro (MEUCCI, 2014, p. 210).

De acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), após o PNLD 2015, o governo federal comprou oitenta e sete milhões e seiscentos e vinte e três mil de exemplares de livros didáticos na primeira aquisição do Ensino Médio; vinte sete milhões e seiscentos e seis mil na segunda aquisição de livros de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, vinte e cinco milhões e quatrocentos na terceira e cinquenta e quatro mil na última aquisição de livros Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. O que dá o valor total de cento e quarenta milhões e seiscentos e oitenta mil exemplares para quase vinte e nove milhões de alunos beneficiados.

Necessitamos tomar consciência de que o mundo do livro não está isolado do mundo do comércio, para entender as críticas e para compreender, também, as razões pelas quais os textos têm a aparência que tem e o motivo pelo qual contem a perspectiva de

certos grupos e não de outros. Livros não são apenas artefatos culturais. Eles se constituem também como mercadorias. Mesmo que os livros possam ser veículos de ideias, eles também precisam ser ‘mascateados no mercado’ (APPLE, 1997, p. 79).

Por esta razão, os livros didáticos adotados e distribuídos pelo governo federal adquiriram papel central no campo da Educação e da cultura escolar, o que, por sua vez, torna a análise do PNLD uma importante ferramenta de compreensão das orientações e direcionamentos expressos na adoção dos livros didáticos. Trata-se de um procedimento relevante, sobretudo, por que o “conhecimento oficial” está usualmente centrado em processos de escolhas e de inclusões e exclusões, que, em um limite, refletem relações de poder estabelecidas historicamente com base no contexto político, econômico e cultural. (APPLE, 1997)

Entretanto, os livros didáticos têm, seguramente, uma importância própria. Eles, por seu conteúdo e forma, significam construções particulares da realidade, modos particulares de selecionar e organizar um vasto universo de conhecimento possível. Incorporam o que Raymond Williams chamou de tradição seletiva: uma seleção feita por alguém, com sua particular visão sobre o conhecimento legítimo e a cultura, uma seleção que no processo de privilegiar o capital cultural de um grupo desprivilegia o de outro (APPLE, 1997, p. 77).

Desse modo, há uma pressão considerável sobre os livros didáticos, no sentido de padronizar conteúdos, de forma a garantir que eles enfatizem temas da “tradição ocidental”, vinculando seus conteúdos com testes de desempenho, de nível estadual e nacional. Como consequência, com muita frequência, o conhecimento dito legítimo não inclui as experiências históricas, as expressões culturais voltadas ao trabalho, vieses relativos à classe, gênero, raça e outros grupos sub-representados (APPLE, 1997).

Isso é essencial para entender como as formas culturais e políticas desempenham relevância na representação de uma identidade nos livros didáticos. Por exemplo, o problema não consiste apenas em saber como é possível analisar o gênero e a sexualidade ao mesmo tempo

recaindo sobre conjugalidades nos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2015, mas como esse saber está combinado dentro de uma estrutura política que estabelece uma marca de identidade ao demarcar uma fronteira significativa sobre quem está incluído e quem está excluído, supondo relações de poder (SILVA, 2008).

O PAPEL DAS REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DE IDENTIDADES

A discussão sobre identidade encaminha para uma discussão central: os lugares sociais instituídos para diferentes sujeitos na sociedade, o que implica pensar em qual identidade é tomada como hegemônica e, portanto, referencial; e quais regras são estabelecidas para a aceitação ou não, sobre as demais.

Silva (2008) destaca que as afirmações sobre identidade fazem sentido somente quando compreendidas nas relações afirmativas de diferença. Por exemplo:

Quando digo ‘sou brasileiro’ parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. “Sou brasileiro” — ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. De certa forma, é exatamente isto que ocorre com nossa identidade de ‘humanos’. É apenas em circunstâncias muito raras e especiais que precisamos afirmar que ‘somos humanos’ (SILVA, 2008, p.74).

Sobre a diferença, as afirmações também sobre ela só fazem sentido em relação às afirmações sobre identidade. Desse modo, identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas: “nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são inseparáveis” (SILVA, 2008). A linguagem é a articulação entre as duas, que além de serem interdependentes são os resultados de atos da criação linguística.

A identidade e a diferença não podem ser

compreendidas nos livros didáticos como fora do sistema de significação no qual adquirem sentido, mas quando estão permeadas por escolhas e pelos sistemas discursivos, como afirma Silva (2008). O exemplo disso se dá quando o livro didático fornece um conceito ou uma definição. Na presença da definição existe um traço de identidade determinado por aquilo que outro escolheu no seu sistema discursivo, assim como as negações que estão no processo de produção simbólica e discursiva.

Desse modo, apesar de o livro didático ser sub valorizado no meio acadêmico, este é, entretanto, um recurso valioso de compreensão de conceitos, temas, informações e problemas de uma determinada disciplina. Com isso, a função escolar do livro didático é um arcabouço cultural complexo e privilegiado como mecanismo de identidade, produção e circulação de conhecimento na sociedade. E, especificamente, a política do livro didático está intrinsecamente associada ao *ethos* do brasileiro, (Bourdieu, 2008), contribuindo assim para a formação de identidade.

Em suma, a identidade, assim como a diferença, é uma relação social, o que significa que suas definições discursiva e linguística são vetores de força nas relações de poder (SILVA, 2008). Na disputa pela identidade, que será “representada” nos livros didáticos “o que é considerado como legítimo é o resultado de complexas relações de poder e lutas entre grupos de classe, raça, gênero e religião identificáveis. Assim, educação e poder são termos de um par indissociável” (APLLE, 1997, p. 74)

Assim, fixar uma determinada identidade como norma é privilegiar a hierarquização da diferença. Normatizar significa eleger uma identidade específica como parâmetro em relação às outras, o que nos faz pensar que aquilo que deixamos de fora é sempre aquilo que está “dentro”. Como se percebe nessa construção de identidade, a diferença é parte ativa da formação da identidade.

O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA E AS DEFINIÇÕES DA REALIDADE

O PNLD 2015 tem um real significado sobre os livros didáticos de Sociologia. A importância da ampliação de livros neste campo faz com que uma amostra significativa na produção de conceitos na disciplina seja apresentada por todo o território nacional e,

consequentemente, com que haja a ampliação dos sistemas de significação nos quais a cultura e os sistemas simbólicos estão inseridos.

Assim, o livro didático um importante artefato de compreensão sobre a definição de cultura e sobre quais os grupos disputam essa representação e a produção de legitimidade sobre suas representações (APLEE, 1997). Quando pensado em termos de construção de sentido de realidade, pode-se acionar o que Pierre Bourdieu chama de “poder simbólico” (BOURDIEU, 2001), ou seja a capacidade de que agentes, dispostos no campo social, têm de impor sua visão e representação sobre o mundo para os demais. Visto assim, o processo educacional nada mais seria do que uma das formas de inculcação de “arbitrário cultural” (BOURDIEU, 2008), assim como a consolidação e reprodução do *ethos* e do capital cultural do grupo socialmente hegemônico, para fins de conversão em capital econômico e simbólico (BOUDIEU, 2013).

Traduzido para a produção do livro didático, pode-se afirmar que as políticas que estão em torno do manual didático, refletem esta disputa sobre os sentidos da realidade social, e, quando aproximamos esta constatação à proposta deste trabalho – observação das representações sobre família, sexualidade e gênero – torna-se evidente que, para o caso brasileiro, estão contraposição visões progressistas e conservadoras sobre a realidade social.

Por esta razão, apesar de Apple (1997) fazer considerações importantes sobre o impacto do conservadorismo sobre o campo da Educação e, especificamente sobre a produção de livros didáticos nos EUA, é possível compará-las com o caso brasileiro:

Entretanto, fica claro que a nova direita tem sido capaz de rearticular temas políticos e culturais tradicionais. Ao fazer isto, frequentemente tem mobilizado, de forma efetiva, um grande número de adesões entre as bases. Os sentimentos crescentes de insatisfação com a escola pública, entre os grupos conservadores, estão entre as causas e efeitos mais poderosos deste fenômeno (APPLE, 1993, p. 75).

E Apple (1997, p. 75) prossegue:

O rápido crescimento das escolas evangélicas, da censura, das controvérsias sobre os livros didáticos e a tendência, que

está surgindo, de muitos pais ensinarem seus filhos em casa em vez de mandá-los para escolas estatais, são claros indicadores desta falta de legitimidade. Como vimos, a ideologia que está por detrás disto é muito complexa. Ela combina um compromisso com a ‘família tradicional’ e claros papéis de gênero quanto com ‘valores tradicionais’ e severa religiosidade.

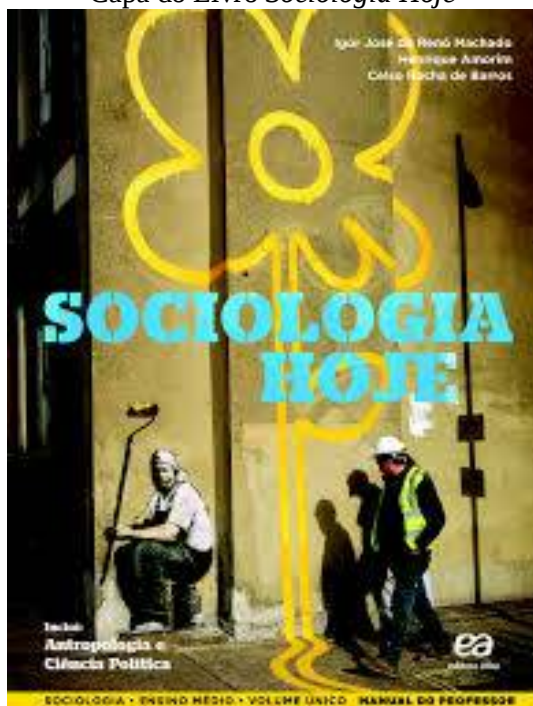
O cenário torna-se mais aguçado para o caso das identidades que se constroem também no campo da sexualidade e dos arranjos familiares, sobre os quais ainda se nega ao direito de igualdade. Há, nesta proposta, a pretensão de ver como o gênero, a sexualidade e a conjugalidade são apresentados e representados, a fim de localizá-los no debate do campo social, no qual constroem e reproduzem as relações de igualdade e diferença entre os sujeitos. Este é a razão para se analisem os livros didáticos de Sociologia.

É possível, assim, localizar as produções e representações sobre identidade elaboradas no livro didático, para além, tais livros expressam uma perspectiva oficial, quando entendidas como eleições realizadas na esfera do governo federal.

ANÁLISE DOS LIVROS DE SOCIOLOGIA DO PNLD 2015 SOBRE OS ARRANJOS FAMILIARES

Nesta seção, serão apresentados e analisados os seis livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015: *Sociologia Hoje*; *Sociologia*; *Sociologia em Movimento*; *Sociologia para o Ensino Médio*; *Sociologia para Jovens do Século XXI*; e, *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*.

A – Livro: Sociologia Hoje

Capa do Livro *Sociologia Hoje*

Fonte: (MACHADO; AMORIM; DE BARROS, 2015).

O ponto forte deste livro é a sua proposta de abordagem fundamentada na divisão das três áreas das Ciências Sociais — Antropologia, Sociologia e Ciência Política, cada qual trabalhada em unidades específicas e independentes. Essa característica faz com que os principais temas das ciências sociais recebam tratamento detalhado, favorecendo uma compreensão mais sistematizada sobre eles. Destaca-se pela linguagem apropriada e pelo projeto visual organizado em torno do grafite, tornando o livro interessante e aproximando-o do universo simbólico do aluno (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 40).

O tema família neste livro vincula o encontro entre a Antropologia e temas contemporâneos. Com ênfase no parentesco, a conceituação de família constitui-se, antes de tudo, nas reflexões sobre gênero, a diferença entre homem e mulher, o feminino e o masculino. Sob esta proposta, a clássica distinção entre o público e do privado são abordados como algo central no debate sobre parentesco e gênero. Para isso, pautam-se na visão teórica do feminismo e sua

representação de gênero.

Ao pensar o gênero como produto de uma cultura, o livro concorda com pertinência pedagógica de base legal do MEC, que impõe um conjunto de diretrizes educacionais brasileiras e aponta a necessidade de contemplar as diferenças, permitindo, assim, a produção positiva de alteridades, de compreensão do outro, o que inclui, o gênero e a sexualidade (LOURO, 1997)

De forma geral, não falaremos de uma produção datada no tempo — como a Antropologia que se fez a partir da década 1970. Embora essa seja uma referência importante, vamos privilegiar aqui certas questões relevantes para o pensamento antropológico que não perderam sua atualidade e tem sido continuamente debatidas, relidas, refeitas. Ou seja, trataremos de textos que, embora não tão recentes, podem ser considerados contemporâneos por sua pertinência (MACHADO; AMORIM; DE BARROS, 2015, p. 93).

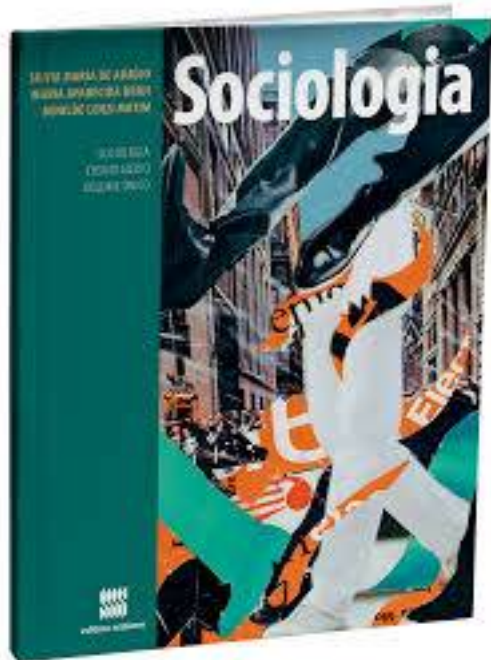
O livro não traz um conceito aprofundado sobre sexualidade ao longo de toda a sua argumentação sobre família, utilizando somente o termo homossexualidade para reafirmar o parentesco e como meio de legitimar a diversidade. Entretanto, nesse mesmo contexto, é apresentado o conceito “parentesco tradicional” como meio de percepção do sistema cujas regras e relações refletem hegemonicamente um único modelo, entendido nos princípios da heteronormatividade. Por outro lado, é fundamental observar que, apesar de apresentarem a compreensão sobre as produções hegemônicas, contudo, não utilizam do termo “família tradicional”, mais comumente usados em livros e artigos acadêmicos. Assim, comprova-se que os “silêncios também são reveladores”, como advertiu Choppin (2004, p. 20).

Estudiosos da homossexualidade passaram a defender que o parentesco homoafetivo é tão legítimo quanto o parentesco ‘tradicional’. A ideia de uma desconexão do parentesco em relação à biologia deu margem tanto à luta contra a opressão da mulher — e contra a ideia de que cuidar dos filhos e se responsabilizar pelo mundo doméstico é um destino natural — como à luta pelo direito de homossexuais formarem famílias reconhecidas pelo Estado

(MACHADO; AMORIM; DE BARROS, 2015, p. 97).

B - Livro: Sociologia

Capa do Livro *Sociologia*



Fonte: (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2015).

O livro está organizado em torno de temas centrais para a sociedade contemporânea. Essa opção permitiu a criação de uma estrutura de articulação entre conceitos, teorias e temas. Os capítulos que tratam da Família, Religião, Educação, Juventude e Meio Ambiente conferem uma originalidade nesse gênero de livros, constituindo-se em importante contribuição no conjunto da produção de livros didáticos de Sociologia. A relação entre apresentação dos conteúdos e perspectiva pedagógica é elaborada de tal forma que os capítulos combinam imagens, tabelas, gráficos e textos complementares pertinentes a cada temática trabalhada. A relação entre apresentação dos conteúdos e perspectiva pedagógica é elaborada de tal forma que os capítulos combinam imagens, tabelas, gráficos e textos complementares pertinentes a cada temática trabalhada. A obra aproxima-se do público do ensino médio elegendo formas de abordar as questões próximas dos alunos. O que justifica a inserção de capítulos sobre a Juventude — ‘Juventude: uma invenção da sociedade’, sobre a Família — ‘A Família

no mundo de hoje’, sobre a Educação — ‘Educação, escola e transformação social’, sobre Religião — ‘Sociedade e religião’ e sobre Meio Ambiente — ‘O ambiente como questão global’, ao lado dos temas já tradicionalmente tratados nos livros de sociologia, tais como: o que é Sociologia? Trabalho, Cultura, Cidadania e Política e Movimentos Sociais (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 28).

O livro *Sociologia* possui um capítulo inteiro sobre família intitulado: “A Família no Mundo de Hoje”, no qual são apresentadas as qualificações que fazem a família ser compreendida uma instituição social, como o patriarcado influencia a configuração da família nas sociedades ocidentais e como as mudanças sociais levam ao fenômeno de famílias em transição, com diferentes arranjos familiares. O material didático mostra como a escola, os meios de comunicação e outras instituições sociais transmitem valores e comportamentos.

Logo, o livro *Sociologia* apresenta um instrumental para explicar os “arranjos familiares”, e, talvez, um dos maiores desafios para um capítulo inteiro sobre família seja o de articular o conhecimento científico e sistematizar o estudo desse fenômeno social de modo apontar diferentes formas existentes que estão constituídas na sociedade. E, tal proposta emerge na própria conceituação da categoria “família”, estabelecendo ligações do modelo de família tradicional com a evolução de outros tipos existentes na sociedade.

Um exemplo desse modo de pensar o estabelecimento, aparece logo nas primeiras páginas, de uma relação entre o que o Estado brasileiro via como único modelo de família e a abertura nos tempos atuais: uma definição mais ampla na qual se caracteriza a instituição familiar como um conjunto de pessoas relacionadas entre si por laços afetivos.

Uma definição mais ampla caracteriza a instituição familiar como um conjunto de pessoas relacionadas entre si por laços afetivos, e não somente pelo casamento ou pela filiação. O que aproxima e mantém unidos os membros de uma família são laços de parentesco e vínculos de afinidade, como sentimentos e interesses semelhantes e/ou a necessidade de sobrevivência. Não obrigatoriamente esses indivíduos coabitam (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2015, p. 66).

O texto abre novos espaços de compreensão na relação entre gênero e sexualidade, ao dar ênfase à ideia básica de que não é possível entender um período histórico sem que antes se seu processo de construção, como é o caso da definição de patriarcado, o qual vem operando, ao longo dos tempos e em diferentes configurações históricas, sobre arranjos familiares.

O grupo familiar é dinâmico e tanto sofre influências do contexto social em que se insere quanto contribui para promover ou apoiar mudanças no meio. Dessa forma, entende-se por que a família nem sempre foi como vemos hoje. Hoje ela divide a função de socialização e de transmissão de valores e comportamentos com a escola, creches, os meios de comunicação, as redes sociais e outras instâncias sociais. No período do Brasil colonial e imperial, por exemplo, a situação era diferente (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2015, p. 71a).

No Brasil, houve um tipo de dominação entre colonizadores e indígenas em que a união entre homens portugueses e mulheres indígenas significou a multiplicação de filhos fora do casamento. A exploração sexual e do trabalho das mulheres negras pelos colonizadores também foi uma relação desigual que resultou em inúmeras relações interétnicas. Os grupos de elite entre colonizadores portugueses importaram para o Brasil o que chamamos de **família patriarcal**, um modelo que a autoridade é do patriarca e passa apenas a seus filhos homens (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2015, p. 71b, grifo nosso).

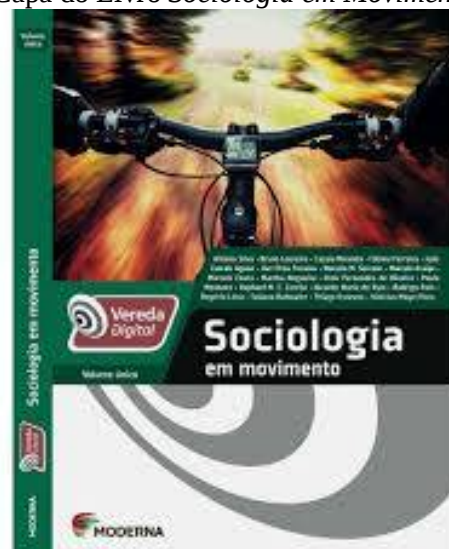
Para o leitor, pode soar estranho defrontar-se com um texto apresentando o “papel das diferenças entre os gêneros”. Logo se verá, contudo, que esse é apenas o ponto de partida para a discussão sobre arranjos familiares e sexualidade. A noção de diferença é trabalhada criticamente, sobretudo por meio da demonstração “família em transição”. Mais importante do que a ideia de transitoriedade, é a de “relações de gênero”, pois o uso do termo incorpora uma ideia de luta por igualdade de direitos, incluindo, também, o Estado nesse processo.

A leitura dessa obra convida ao aprofundamento do conhecimento sobre gênero e

sexualidade. Revisa debates muito atuais com diversidade e as configurações de família que informam a dificuldade em pensar sobre a sociedade de forma patriarcal.

C - Livro: Sociologia em Movimento

Capa do Livro *Sociologia em Movimento*



Fonte: (SILVA et al., 2015).

A obra destaca-se pela variedade de sugestões didáticas, articulação entre teorias e abordagens das Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e Sociologia e introdução de estudos fora do eixo ocidental, com pensadores indianos, sul-coreanos, angolanos e paquistaneses. Além disso, temas da sexualidade, gênero, cidades e meio ambiente estão bem desenvolvidos. A categoria juventude aparece em vários capítulos, compondo com dados atualizados da situação dessa geração em cada tema trabalhado, como trabalho, família, movimentos sociais, estratificação e desigualdades sociais e cidades. Os temas são articulados tendo como pressuposto que o conhecimento é uma construção, o estudante é sujeito do conhecimento e o docente é o mediador. Isso aparece nas propostas de atividades que requerem uma mobilização do docente e do estudante desde o começo da discussão em cada capítulo. Há em todos os capítulos uma cronologia, um glossário, um saiba mais, quem escreveu sobre isso, considerações sociológicas, instrumento jurídico, indicações de filmes, livros; nas atividades, indicam-se reflexão e revisão, questões para debate, questões para pesquisa, exames de

seleção e a seção Movimentação (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 34).

O debate em torno da família nesse livro inclui as ideias de reconhecimento da diversidade sexual e o respeito a ela. Podemos colocar de forma sintética que o material didático retrata a emergência da inclusão de um debate em torno da diversidade sexual na educação, no contexto brasileiro, quando associa a ação dos movimentos sociais LGBT e a redemocratização do país.

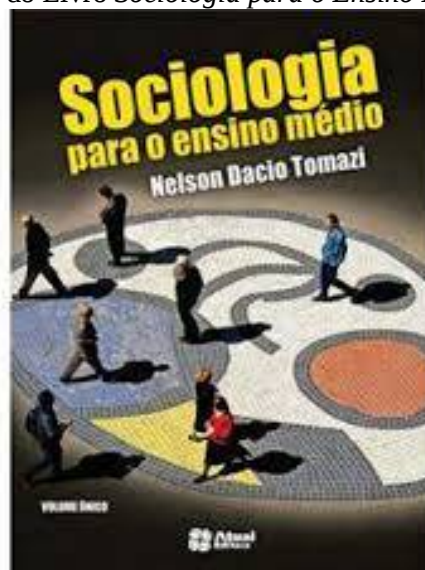
A religião não permitiu que se discutisse a pluralidade nas relações sexuais. Sendo enfrentada pelos movimentos sociais que assumiram um papel fundamental na definição de políticas públicas e, de certa forma, nas discussões oriundas da afirmação da “sexualidade plena”, tão defendida pelo feminismo.

A base reprodutiva do sexo nesse discurso religioso não permitia compreender como ‘normal’ um comportamento homossexual. Ao desviar o desejo sexual do seu objetivo sagrado, os princípios religiosos condenavam a homossexualidade, reduzida a atos pecaminosos, a perversões que deveriam ser reprimida. A força da tradição judaico-cristã-muçulmana contribui para a marginalização dos grupos LGBT por meio da disseminação do preconceito e da discriminação originada nos estereótipos de gênero (SILVA, *et al.*, 2015, p. 349).

O termo “diversidade sexual”, utilizado no livro, é frequentemente associado às possibilidades de minimização das relações de poder que foram construídas nessa categorização; como ocorre, por exemplo, para aqueles que não são heterossexuais ou cuja identidade de gênero não obedece à imposição gênero-sexualidade-sexo. É, portanto, a heteronormatividade que faz com que a ideia e a categoria heterossexualidade seja excluída do termo diversidade sexual, pois, ao ser associada aos princípios na “normalidade”, torna-se padrão, e consequentemente, não nomeada, e não-problematizada;

D - Livro: Sociologia para o Ensino Médio

Capa do Livro *Sociologia para o Ensino Médio*



Fonte: (TOMAZI, 2015).

Este livro é estruturado de modo a contemplar as diferentes áreas que compõem as Ciências Sociais. Destaca-se pela quantidade e qualidade das imagens e pelo projeto editorial, favorecendo a abordagem de temas, teorias e conceitos que se apresentam de forma integrada entre os capítulos de cada unidade. A linguagem adequada, aliada ao uso de excertos de textos clássicos e de fontes diversas, faz com que a mediação didática se realize de maneira exitosa, aproximando o livro do mundo social do aluno, por meio de uma compreensão mais sistemática da realidade. Acrescente-se a isso, o repertório de livros e filmes sugeridos ao final de cada unidade, assim como a seção ‘Conexão de Saberes’, que busca articular os conteúdos das ciências sociais trabalhados em cada unidade a outras áreas de conhecimento. As atividades propostas buscam mobilizar tanto a capacidade de escrita do aluno, como também o exercício do olhar, por meio de diferentes recursos de imagens (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 18).

O livro *Sociologia para o Ensino Médio* embora apresente seção “Tudo começa na família”, não aborda sobre gênero e sexualidade. Contudo, para o caso do livro, não significa que, ao assumir o silenciamento sobre gênero e sexualidade, o manual didático não compreende a identidade como atuação política. A ideia de

“família” é apresentada como construção de um espaço privado e a partir dos desafios apresentados, articulando o tema família às perspectivas das regras e tradição sem se adentrar as variedades de modelos conjugais.

O ponto de partida é a família, o espaço privado das relações de intimidade e afeto, em que geralmente, podemos encontrar alguma compreensão e refúgio, apesar dos conflitos. É o espaço onde aprendemos a obedecer regras de convivência, a lidar com a diferença e a diversidade (TOMAZI, 2015, p. 24).

Neste caso, a questão não é só a de apresentar ou não posição sobre gênero e sexualidade, mas possuir conhecimento sobre a dimensão de toda complexidade que, pressupõe-se, o livro didático desconsidera ao alcançar uma faixa etária jovem e não se posicionar sobre a estrutura de poder existente sobre família.

Afirmar de identidade e a marcação da diferença implicam a questão de excluir ou incluir conceitos (SILVA, 2009). Então, afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, o que será incluído e o que será excluído. Em torno disso, a partir da construção social e da não valorização de gênero e sexualidade no tema, pode-se tratar de uma elaboração estratégia que se coloca sobre um não posicionamento sobre temas polêmicos e o não enfrentamento desses problemas.

E - Livro: Sociologia para Jovens do Século XXI

Capa do Livro *Sociologia para Jovens do Século XXI*



Fonte: (OLIVEIRA; COSTA, 2015).

O livro apresenta uma perspectiva dialógica por meio de linguagem jovial, buscando uma aproximação permanente com o estudante do ensino médio. Essa característica é notada nos títulos dos capítulos que remetem a questões do cotidiano, estimulando a curiosidade e o interesse do aluno. Destaca-se pela forma bem articulada com que trata o debate atual do campo das Ciências Sociais e das contribuições dos estudos e pesquisas sociológicas produzidas dentro e fora do Brasil. Traz temas relevantes da Sociologia com unidade e coerência em relação à abordagem didática, demonstrando a interligação permanente entre temas, teorias e conceitos. Boxes, quadros e exemplos históricos e atuais, assim como charges, letras de músicas e sugestões de filmes destacam conceitos e textos elucidativos, sempre valorizando situações familiares dos alunos na apresentação de análises sociológicas (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 45).

O debate sobre arranjos conjugais foi introduzido de maneira simples a partir de caracterizações familiares: papai, mamãe, titia e outros. As reflexões sobre família submetem o aluno, logo no início do parágrafo, a pensar sobre diversidade. Assim como o livro *Sociologia Hoje*, parte do conceito de parentesco para abordar o tema proposto.

Todos nascemos numa família. Claro, mas nem todas são iguais ou se formam da mesma maneira. Mas, a família é a primeira instituição social em que o(s) indivíduo(s) ao nascer(em) entra(m) em contato. E por ser uma instituição primordial, ela é uma instituição que mais influencia e tem impacto sobre as relações sociais (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 48).

Entretanto, estrategicamente desenvolve um pensamento que garante uma complexidade ao abordar o tema monogamia. Ao reconhecer que as famílias não são somente constituídas por um tipo, questiona a “naturalização” das relações aceitas como padrão na sociedade.

Podemos dizer que um grupo de pessoas formado pelo pai, pela mãe e pelos filhos constitui uma família. Isto é o que acontece entre maioria das pessoas do mundo, em

especial nas sociedades ocidentais. Esse tipo de família, encabeçada por um homem e por uma mulher, é intitulada por *monogâmica*. Porém, em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil, alguns grupos de pessoas estão inseridos em famílias que não são estruturadas dessa forma. Há famílias em que sua organização é baseada somente com um pai e várias mulheres, que tem vários filhos deste mesmo pai. Existem sociedades em que ocorre o contrário uma mulher com muitos maridos. Essa forma de organização é chamada de *poligamia* e é comum, por exemplo, no primeiro caso — um homem com várias esposas — em algumas sociedades muçulmanas. Já o segundo caso — uma mulher com vários parceiros — pode ser encontrado em algumas sociedades existentes na Costa do Marfim e em Moçambique, na África (OLIVEIRA; COSTA, 2015, p. 48).

Operando por meio de exemplos concretos da vida cotidiana, e das construções simbólicas, o livro sustenta o argumento de basear as questões de gênero a fim de que estas sejam compreendidas e enfrentadas no sentido de uma busca de transformação, o que significa romper com modelos, padrões de comportamento e estereótipos, que são reflexo de uma sociedade.

Desse modo, o livro busca romper com a dominação de gênero quando se referem ao fenômeno da chefia de domicílios por mulheres como uma nova realidade. A existência desse modelo tem sido ocultada por uma uniformização das formas familiares no Brasil por chocar com o modelo dominante no qual somente os homens constituem a base familiar.

F - Livro: Tempos Modernos, Tempos de Sociologia –

Capa do Livro *Tempo Modernos, Tempos de Sociologia*



Fonte: (BOMENY et al., 2015).

A obra apresenta os conteúdos das Ciências Sociais organizados em torno de uma proposta pedagógica que articula todos os capítulos e seções. Os textos convidam os estudantes a ‘desconfiar das certezas’ e do ‘senso comum’. Para mobilizar o leitor, as autoras exploram as cenas do filme ‘Tempos Modernos’ de Charles Chaplin como fios condutores dos problemas estudados pela Antropologia, Ciência Política e, sobretudo, pela Sociologia. Destaca-se a qualidade da problematização inicial de cada capítulo, que começa com cenas do filme Tempos Modernos e encadeia o diálogo entre autores e abordagens teóricas clássicas e contemporâneas. Os autores das ciências sociais brasileiras são, de fato, inseridos e mobilizados nas reflexões sobre as temáticas e categorias da modernidade, socialização, cultura, diversidade, desigualdade, raça/etnia, classes sociais, estado, política, entre outras. Autores como Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal, Florestan Fernandes e Hebert de Souza, o Betinho ajudam a elucidar as reflexões e as perguntas formuladas em vários capítulos. A maior contribuição contemporânea nacional à obra se dá por meio da Antropologia de Roberto DaMatta, que inspira a pensar sobre ‘o que faz do Brasil, Brasil’, ao propiciar uma análise sobre a

identidade brasileira e seus dilemas ao lidar com os espaços público e privado. As autoras do livro propõem situações criativas para a aprendizagem das teorias, um exemplo é o ‘sarau imaginário’, em que vários autores são chamados para uma ‘conversa’ sobre a modernidade e suas contradições. Karl Marx, Alexis de Tocqueville, Max Weber, Émile Durkheim, Norbert Elias, Georg Simmel, Walter Benjamin e Michel Foucault compõem o grupo da ‘conversa’, cada qual com ‘sua’ visão teórica sobre a chamada sociedade moderna (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO, 2015, p. 23).

A originalidade deste livro está na transposição da clássica oposição entre sociedade tradicional e sociedade industrial, e apresentação das análises a partir da observação da própria sociedade brasileira, a partir da qual, é introduzido o tema família. Este também é o ponto de partida para a elaboração de reflexões sobre a ideia de complementariedade dos papéis de gênero: masculinos e femininos, assim como das estruturas familiares.

Uma boa maneira de iniciar esta reflexão é imaginarmos uma pesquisa com as pessoas mais velhas que estão à nossa volta. O que diriam os mais velhos sobre a vida familiar do tempo que eram crianças? Do que será que eles lembram? Contariam que as famílias eram sustentadas com o rendimento do trabalho do pai ou do pai e da mãe? [...] (BOMENY *et al.*, 2015, p. 224).

Contudo, o texto do livro leva essa análise mais longe ao questionar os interesses de reprodução social associados ao casamento (construções sociais sobre o corpo reprodutor feminino e masculino, a existência ou não de arranjos conjugais, as implicações de homens, mulheres nas mudanças sobre ter ou não filhos e sobre a quantidade deles). E, retomando o fio condutor, estabelece uma correspondência entre a socialização, como sendo a interiorização de normas e valores sociais e a interiorização de sexo a partir da socialização familiar que assegura a estabilidade e o equilíbrio da sociedade.

Ora, como pode-se perceber não se trata somente de falar sobre a diversidade existente sobre família, mas de ir mais longe, de fundar outro olhar sobre as organizações que não devem

ser “naturalizadas”, mas reflexões de pesquisa que já estruturam a disciplina de Sociologia. Diante disso, propõe-se efetuar trabalhos de análise, junto aos alunos, de estruturas sexuais na sociedade nas quais se inscrevem, por exemplo, a questão de gênero (emprego de coisas que são masculinas e coisas femininas), a ordem hierárquica instituída por esse emprego e a resistência da sociedade aos diversos tipos de arranjos conjugais permitindo compreender um padrão vigente de moralidade. “Certamente há muita resistência aos arranjos pouco usuais, que contrariam os formatos familiares tradicionais. O que uns escolhem ou defendem pode parecer ofensivo a outros” (BOMENY *et al.*, 2015, p. 224).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar, nos livros didáticos aqui analisados, que o PNLD se mostrou efetivamente um elemento motor que funciona/age democraticamente. Quando mencionadas, as relações de gênero, geralmente, são apresentadas como relações assimétricas e hierarquizadas de poder entre homens e mulheres, no escopo de um modelo binário, associado às relações vividas e experimentadas historicamente. Nesse sentido, a ideia é problematizar as relações cotidianas, e mesmo aquelas íntimas (privada x pública), nas famílias, escolas, igrejas, ou seja, nas diversas formas de associação humana, com o propósito de que os leitores jovens possam perceber o quanto elas são mutáveis e renováveis. E, objetivo é que os leitores do material didático possam se expressar autonomamente e criticamente diante um modelo de opressão existente na sociedade.

Ao trazer as relações de gênero, de modo não tradicional, o livro apresenta uma miríade de possíveis formas de interação político-sociais, que predominam a presença de valorização de relações cada vez mais simétricas e igualitárias entre os gêneros e as distintas expressões de sexualidade.

Foram significativos os livros didáticos que trouxeram esse modelo: a concordância com percepções sobre a discriminação de outros modelos de família na sociedade seria um dado bastante esperado, já que os livros estão incluídos em agenda política nacional bastante ampla, que inclui o multiculturalismo nos temas sobre gênero e sexualidade. Contudo, isso não justifica a quase nula viabilização de exemplos de variados modelos de família.

A análise do material didático revela que a sexualidade tem sido um foco importante para a abordagem sobre família. Na verdade, esse foi um achado interessante, já que as práticas e costumes sexuais são tabus nas disciplinas escolares.

À luz disso, talvez, seja surpreendente que os discursos dos demais livros, com mais páginas sobre o tema, sejam sobre teorias de construção social, plenamente relevante para um material didático. Além disso, os estudos feministas implementaram boa parte dos argumentos, assim como o projeto dos livros de repensar os arranjos conjugais, chegando até o gênero e a sexualidade.

A teoria feminista também fomenta a análise da política, pois em nenhum livro o gênero foi dissociado da sexualidade. Na teoria política educacional, produzida nas últimas décadas, sobre gênero e sexualidade, a contribuição do feminismo é crucial.

Se há algo que pode ser identificado como um pensamento feminista é a reflexão crítica sobre público e privado. Mesmo os livros não usando tais termos, fica evidente o desenho entre a esfera pública e a esfera privada ao exporem seu caráter histórico e revelar as implicações diferenciadas entre homens e mulheres. Os livros didáticos demonstram, assim, que é possível descolar a esfera política da vida social, assim como a vida pública da vida privada, quando se pretende ter uma sociedade mais democrática.

Certas análises expõem a continuidade entre a posição em que mulheres e homens ocupam dentro dos arranjos conjugais, a fim de relacionar a divisão de trabalho e arranjos familiares convencionais.

A família é foco de disputas políticas e teóricas, o que incide diretamente sobre a sua definição. Mas não é um tema impossível de contornar quando há preocupação com as desigualdades de gênero, por isso, em todos os seis livros, o tema está presente.

Entretanto, permanecem negligenciadas as formas de vulnerabilidade produzidas pelos diferentes arranjos conjugais, quando eles são citados, e os limites dos arranjos que são institucionalmente considerados como “família”.

Nos manuais didáticos, permanece, também, negligenciada a conexão de poder, esfera doméstica e familiar, sendo assim, são apagados os nexos entre hierarquias dentro da família, bem como a questão da violência familiar.

Outro questionamento se refere ao fato de que nas atividades propostas de gênero e

sexualidade, voltadas para o tema, nenhum livro elaborou questões de “julgamento” sobre os exemplos compartilhados, como tópicos comuns que agem conjuntamente na sociedade para superação de discriminações, o que seria um bom viés para que o professor tivesse mecanismos de abordagens na sala de aula, não apenas com o texto escrito, mas também com debates acerca do assunto.

Há uma diferença em expor a privacidade e os problemas da esfera familiar, o que se espera é um viés dos parâmetros normativos vigentes e o modo das desigualdades de gênero socialmente produzidas.

Ao analisar conjugalidades nos livros didáticos, é possível perceber a ação política que incide sobre os livros didáticos e sobre o tema família. Propugnados pela legislação nacional, alguns livros fazem referência ao Estado, demonstrando a exigência de desenvolverem argumentos que alargam a esfera pública e os direitos nas noções fundadoras de cidadania impostos no edital do PNLD 2015.

A articulação entre cidadania, democracia e direitos humanos é trazida pelos livros no quadro conceitual e nas escolhas para fundamentar a estruturação do reconhecimento de família. Isso favorece um alargamento da perspectiva plural dos arranjos conjugais, mas exclui as alternativas de conjugalidades que escapam aos moldes formais. Trata-se, portanto, de trazer para o livro didático vivências pessoais, relacionais, sexuais, afetivas, que não se encaixam no perfil estreito de família tradicional que se pauta pelo ideal do amor romântico e a estabilidade conjugal.

Além disso, diante dos questionamentos suscitados por este estudo, aproximou-se’ as pesquisas acadêmicas sobre arranjos familiares, gênero e sexualidade e aquilo que é produzido nesses manuais, com o intuito de retirar o hiato existente entre livro didático e pesquisa acadêmica.

Desse modo, essa análise sobre os livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015 procura apresentar reflexões sobre arranjos familiares a fim de que os livros didáticos, ao chegarem às salas de aulas, sejam instrumentos de reflexão e diálogo sobre o tema por parte de professores e alunos. O livro didático, se comprometido com a inclusão, pode vir a ser um caminho privilegiado para transformações de preconceitos e discriminações, já que são importantes mecanismos culturais e formadores de conceitos.

Sabemos que o manual didático, muitas vezes, é o único recurso que os professores possuem em sala de aula e são eles que introduzem diversas formas de conhecimento.

Reitera-se, por fim, a validade de uma educação crítica e emancipatória, nos materiais didáticos, a favor da diversidade familiar, que possibilite professor e aluno pensarem nas mudanças que ocorreram nos arranjos familiares na sociedade brasileira

Finalmente, a educação e os educadores podem ter um lugar de destaque em direção ao processo de construção do termo família ao observar que esse não se deu de forma linear, ou seja, contínua, de modo a se constituir em um conceito único e acabado. Pelo contrário: a noção que de hoje não pode ser reduzida a uma concepção única, fechada, plenamente formada e válida para todos os contextos sociais. Ele comporta variações, contradições e está em permanente reconstrução.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. A Política do Conhecimento Oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. da (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 59-91.
- _____. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. 1.ed. São Paulo: Scipione, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.
- BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. 2.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 7-16.
- BOURDIEU, P. **Economia da Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do Sistema de Ensino**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado, 1988.
- BRASIL. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-2012) – 28 Ensino Médio. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), Edital de Convocação 01/2010 – CGPLI.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Livro didático**, Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso no dia 03/12/15.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. 1993. **A FAE e a execução da política educacional: 1983-1988**. Tese (Doutorado em Educação), Unicamp.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LOURO, G. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997
- MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique José Domiciano; BARROS, Celso Fernando Rocha de. **Sociologia hoje**. 1.ed. São Paulo: Ática, 2013.
- MEUCCI, S. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UNICAMP, Campinas (SP), 2000.
- OLIVEIRA, L. F; COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008.